

1199000894



**DIREITO , TRABALHO
E
BUROCRACIA**

21

Volume 1

**Flavio Carvalho de Vasconcelos
EAESP/FGV**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



894/90



1199000894

DIREITO DO TRABALHO E BUROCRACIA

Banca Examinadora :

Prof. Fernando C. Prestes Motta (orientador)

Prof.

Prof.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FLÁVIO CARVALHO DE VASCONCELOS

DIREITO , TRABALHO E BUROCRACIA .

Dissertação
apresentada ao curso de Pós-
graduação da E.A.E.S.P. /
F.G.V. como requisito parcial
para a obtenção do título de
Mestre em Administração.

Orientador : Prof. Fernando
C. Prestes Motta

SÃO PAULO / 1989

680 681

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	N.º de Chamada
19/11/90	349.2 V3312
N.º Volume	Registrado por
894/90	Hi

dis.
v. 1
e. 1

349.2 : 316.75
349.2 : 65.01

=====

Vasconcelos , Flávio C. , Direito Trabalho e Burocracia , São Paulo , EAESP/FGV , 1989 . (Dissertação de mestrado apresentada à EAESP/FGV , Área de concentração : Teoria e Comportamento Organizacional .

Resumo: Traça uma retrospectiva histórica das formas de trabalho , estabelecendo relações com o surgimento do capitalismo moderno e o surgimento do Direito do Trabalho como forma de ideologia burocrática .

Palavras Chave: Burocracia - Trabalho - Direito - Ideologia .

=====

*Dedico este
trabalho a Isabella , por
tudo que foi construido
entre nós.*

AGRADECIMENTOS

Na elaboração deste trabalho contei com a inestimável colaboração de muitas pessoas, sem as quais teria sido ainda mais difícil completá-lo no prazo que me determinei.

Gostaria de agradecer imensamente ao Prof. Fernando Cláudio Prestes Motta pela atenção dispensada no trabalho de orientação e pela compreensão das dúvidas e incertezas constantes neste período. Gostaria, da mesma forma de agradecer ao Prof. Carlos Osmar Bertero pelo tratamento que me foi dado na fase anterior à escolha deste tema para o desenvolvimento da dissertação.

Devo agradecer, também, à minha família, por haver suportado minhas correrias e afobações, sem que nunca me tenha faltado o apoio incondicional da mesma. Em especial, agradeço ao meu pai e à minha avó pelo apoio, bem como à minha mãe pelo incentivo, apesar da distância que nos separa.

Sou também muito grato aos funcionários do C.P.D. , especialmente à Nadja, pela ajuda na difícil tarefa de manuseio de informações e textos nos microcomputadores. Neste aspecto, também devo muito a meu amigo Heitor, pela sua preciosa e constante consultoria em informática, bem como ao Márcio, à Renata e a todos os amigos que contribuíram para que este trabalho fosse, por fim, terminado.

Destaco, ainda, a importante colaboração de minha amiga Ana Paula, cujo apoio e inestimável auxílio foram vitais na elaboração deste trabalho.

Agradeço o apoio da família de minha esposa, que muito me incentivou com sua amizade e confiança.

Por fim, agradeço à H.E.C. , école des Hautes études Commerciales de Paris, pela acolhida em minha estadia na França , certamente muito proveitosa no sentido de reorganizar meus horizontes.

Este trabalho foi feito com o auxílio financeiro da CAPES, da qual fui bolsista durante cinco semestres, e cuja ajuda foi inestimável e imprescindível para a elaboração deste trabalho

INDICE

INTRODUÇÃO	2
APRESENTAÇÃO	3
UM MODELO DE ANÁLISE INTERPARADIGMÁTICA	5
RELATIVIDADE HISTÓRICA DAS CATEGORIAS INTELECTUAIS	10
UMA DEFINIÇÃO DE TRABALHO	12
O CONCEITO DE ESTADO E SUA INTERAÇÃO COM O DIREITO	17
POSICIONAMENTO HISTÓRICO	21
UMA DELIMITAÇÃO DE CAMPO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL	22
O TRABALHO NAS SOCIEDADES ARCAICAS	24
O TRABALHO NO CONTEXTO DA PÓLIS GREGA E DA CIVILIZAÇÃO CLÁSSICA	28
O TRABALHO NO FEUDALISMO	35

O TRABALHO URBANO NA IDADE MÉDIA - AS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO	40
A DECADÊNCIA DO FEUDALISMO E A GÊNESE DO CAPITALISMO	44
A ÉTICA BURGUESA DO TRABALHO - WEBER E A ÉTICA PROTESTANTE	50
A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CONFIGURAÇÃO PLENA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	53
AS RELAÇÕES DE TRABALHO DEFINIDAS PELOS SEUS CONTEXTOS HISTÓRICOS	56
<u>ESTRUTURAS BUROCRÁTICAS</u>	<u>58</u>
UMA TIPOLOGIA DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS	59
ORGANIZAÇÕES PRÉ-BUROCRÁTICAS E ORGANIZAÇÕES BUROCRÁTICAS	61
AUTORIDADE RACIONAL-LEGAL E BUROCRACIA EM WEBER	64
WEBER E A BUROCRACIA	69

A POSIÇÃO DA BUROCRACIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	72
TIPOLOGIA DE RACIONALIDADE EM WEBER	77
TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES	82
A RACIONALIDADE CONFINADA E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	89
<u>TEORIA DO DIREITO E AÇÃO SOCIAL</u>	<u>91</u>
A JURIDIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	92
O NASCIMENTO DOS DIREITOS NATURAIS MODERNOS EM HOBBES	93
A RECUPERAÇÃO DO DIREITO ROMANO E A REIFICAÇÃO DO TRABALHO	100
A DOGMÁTICA JURÍDICA COMO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO OPERATIVO	106
TEORIA DOGMÁTICA DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO	110

A DUPLICIDADE LÓGICA DO DIREITO	115
ESPECIFICIDADES DO DISCURSO JURÍDICO	119
OS NÍVEIS ISOTÓPICOS DO DISCURSO JURÍDICO	122
RELATIVIDADE LINGUÍSTICA	127
O PAPEL DO DISCURSO JURÍDICO INTERATIVO	131
A DEFINIÇÃO DE UMA ARENA JURÍDICA DE CONFLITOS IDEOLÓGICOS	134
UM SENTIDO AMPLO DE IDEOLOGIA	136

DIREITO DO TRABALHO 145

A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL E A NOVA DISCIPLINA DO TRABALHO	146
O TRABALHADOR HIPOSSUFICIENTE	149

A AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO COMO	
DISCIPLINA JURÍDICA	151
NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO COMO REFLEXO DA ASCENÇÃO DA	
BUROCRACIA	154
O DIREITO DO TRABALHO COMO REGULADOR DOS CONFLITOS	
INERENTES ÀS ORGANIZAÇÕES	162
UMA JUSTIFICATIVA DE RESTRIÇÃO DO OBJETO DE	
ANÁLISE	166
O DIREITO DO TRABALHO COMO PROJEÇÃO DE UM "ETHOS"	
BUROCRÁTICO	167
O SURGIMENTO DOS TRIBUNAIS DE TRABALHO NA EUROPA	172
ESTRUTURA DA JUSTIÇA TRABALHISTA BRASILEIRA	174
NEUTRALIZAÇÃO PROCESSUAL DOS CONFLITOS	177
A DEFINIÇÃO DE EMPREGADO NO DIREITO BRASILEIRO	182
A JORNADA DE TRABALHO E O CONTROLE DE TEMPO	184
PUBLICIZAÇÃO E NEUTRALIZAÇÃO POLÍTICA DOS	
SINDICATOS	185

CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
----------------------	-----

A REFORMULAÇÃO DA RACIONALIZAÇÃO WEBERIANA EM HABERMAS	190
---	-----

REALIDADE E CONFLITO SOCIAL	195
-----------------------------	-----

A TÍTULO DE CONCLUSÃO	202
-----------------------	-----

Fúria nas trevas o vento,
num grande som de alongar
Não há no meu pensamento
Senão não poder parar.

Parece que a alma tem
Treva onde sopra a crescer
Uma loucura que vem
De querer compreender.

Raiva nas trevas o vento
Sem poder se libertar
Estou preso ao meu pensamento
Como o vento preso ao ar.

Fernando Pessoa

Fúria nas trevas o vento,
num grande som de alongar
Não há no meu pensamento
Senão não poder parar.

Parece que a alma tem
Treva onde sopra a crescer
Uma loucura que vem
De querer compreender.

Raiva nas trevas o vento
Sem poder se libertar
Estou preso ao meu pensamento
Como o vento preso ao ar.

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta obra trata do Direito do Trabalho e pretende fugir ao esquema tradicional dentro do qual esta disciplina é apresentada nos Tratados de Direito, ou ainda, nos livros "críticos" dos sociólogos, que não vêm no Direito senão uma aplicação automática dos "objetivos de uma classe dominante".

Partindo-se de uma perspectiva mais ampla, o que aqui se pretende é reavaliar o papel desta disciplina jurídica particular dentro do contexto de uma sociedade capitalista burocratizada.

A primeira hipótese de trabalho é de natureza metodológica e diz respeito à interação do nível ideal e do material, definindo um modelo de Ciências Humanas que se distingue a partir da subjetividade, para formar uma ciência do espírito.

A seguir, supõe-se a existência de uma relação entre as diversas etapas de evolução histórica e as formas particulares de relações de trabalho determinadas por estas etapas; daí ser considerado o trabalho como historicamente contingente.

Na interpretação do mundo atual, a idéia de Burocracia adquire proeminência nesta análise na medida em que se procura relacionar o surgimento do Direito do Trabalho com a ascensão da Burocracia nos quadros da sociedade moderna.

Como decorrência dos pressupostos metodológicos gerais, o Direito passa a ser visto numa perspectiva de conflito intersubjetivo, mediado comunicativamente.

Dentro destas linhas, o objetivo aqui visado é o de traçar um paralelo entre o Direito do Trabalho e o "ethos" burocrático, procurando uma interpretação para este fenômeno.

Dadas as limitações inerentes ao tipo de trabalho interdisciplinar, algumas passagens não são tratadas com a profundidade que mereceriam, podendo alguns exemplos históricos parecerem triviais.

A intenção do autor, no entanto, limita-se a fornecer exemplos históricos meramente ilustrativos, sem pretensões de oferecer uma teoria completa e acabada.

Este programa de trabalho terminou por alterar as idéias iniciais sobre o objetivo do estudo, de modo que a conclusão trata mais da filosofia das ciências humanas do que do Direito do Trabalho propriamente dito.

UM MODELO DE ANÁLISE INTERPARADIGMÁTICA

O estudo de determinados temas pode chegar a conclusões bem mais consistentes e completas se este tema for enfocado num referencial pluriparadigmático, isto é, a partir de diversos paradigmas que expressam visões parciais da realidade, ou seja, modelos explicativos que envolvam um certo grau de simplificação dos fatos percebidos. A análise interparadigmática pode superar obstáculos por promover a integração destas visões parciais da realidade. No entanto, a mudança de paradigma de análise implica numa mudança de referenciais, conceitos e formulações; é, em última instância, uma mudança de mundo intelectual. A análise interparadigmática, neste contexto, deriva sua validade da capacidade de poder explicitar as mudanças de paradigmas e poder integrar estas visões num todo coerente sobre o objeto, conferindo-lhe uma visão multilateral, mas coesa.

Há, então, limites à transição entre paradigmas, limites estes impostos pela própria configuração do objeto de estudo bem como pelos paradigmas adotados.

Os limites da mudança paradigmática da análise são flexíveis mas concretos, de modo que quem se serve de mais de um paradigma com intenção de integrá-los, deve explicitar sua metodologia e impor limites à sua análise, sendo os mesmos decorrentes dos pressupostos de cada paradigma.

A definição mais clássica de paradigma é dada por Thomas Khun como sendo uma concepção teórica comum, aceita aprioristicamente, que cumpre a função de desviar o esforço de análise da crítica dos pressupostos para o desenvolvimento cumulativo de teorias sobre uma base pré-teorizada, evitando as questões aporéticas típicas das situações desparametrizadas em seus pressupostos metodológicos básicos. Os paradigmas, como pré-teorias (ou metateorias), de certa forma estabelecem os limites e os significados das conclusões obtidas.¹

Este tipo de análise deve levar em conta que as conclusões fazem par com os pressupostos dos quais derivam e, não sendo estanques, devem ser vistos em conjunto, numa visão que procure uma base de integração que, por sua vez, estará subordinada a certos pressupostos metateóricos.

Em resumo, o que se propõe é que mesmo a análise interparadigmática não é absoluta e axiologicamente neutra, mas que é, acima de tudo, vinculada ao seu contexto de pressuposições.

Gibson Burrell e Garrett Morgan², propuseram um modelo de análise de paradigmas baseado no princípio de que um paradigma de análise sociológica pode ser definido

¹ Ver Thomas S. Khun, A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1987.

² Ver Gibson Burrell & Garrett Morgan, Sociological Paradigms and Organizational Analysis, London, Heinemann, 1982.

através de dois eixos principais:

- a) uma dimensão de natureza das ciências sociais, polarizada entre objetivismo e subjetivismo.
- b) uma dimensão de natureza da sociedade, polarizada entre teorias da ordem e teorias do conflito.

Estes autores definem a natureza das ciências sociais em função de quatro fatores: ontologia (polarizada entre realismo e nominalismo), epistemologia (polarizada entre positivismo e anti-positivismo), natureza humana (polarizada entre determinismo e voluntarismo) e metodologia (dividida entre metodologia nomotética e metodologia ideográfica).

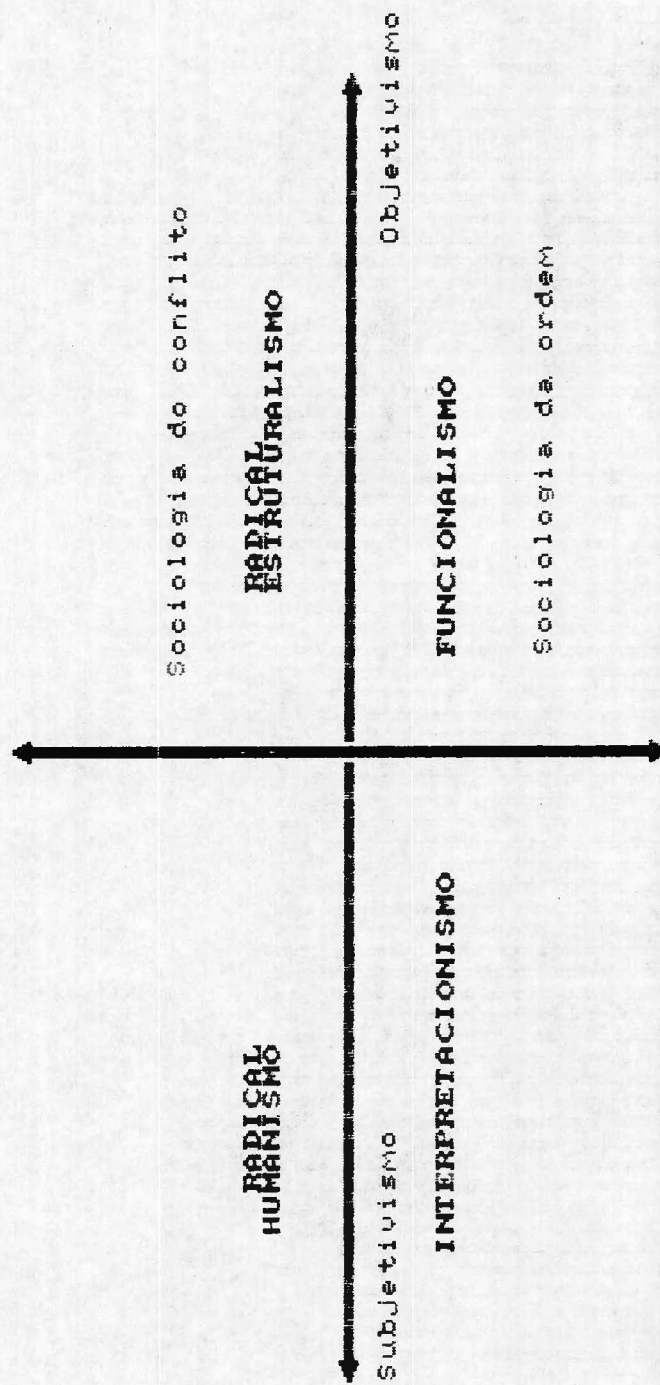
Por sua vez, a dimensão da natureza da sociedade se embasa na dicotomia ordem X conflito, onde se definem duas correntes sociológicas: a Sociologia da Regulação enfatiza fenômenos como ordem, coesão, harmonia, gradualidade e evolução, enquanto a Sociologia da Mudança Radical enfatiza fenômenos como conflito, tensão, desarmonia, ruptura e crise.

De posse destas categorias, constroem um modelo bidimensional de análise, representável graficamente, que diferencia quatro paradigmas básicos na análise sociológica. Ainda que represente uma simplificação considerável, esta formulação é muito útil na visualização das diferenças fundamentais entre as grandes correntes da ciência social.

A "base paradigmática" deste trabalho se situa, a princípio, na análise interpretativa. Estão supostas certas

posições referentes às premissas metodológicas que se concentram na postulação de um voluntarismo relativizado, de uma interação bilateral entre o homem e o meio social .

Estas posições devem, pois, serem esclarecidas no desenvolvimento da argumentação e na exploração do tema proposto. As referências a autores que se baseiam em outros referenciais metodológicos, inevitáveis em um trabalho teórico, condicionam-se a critérios de controle dos pressupostos que baseiam as linhas argumentativas das quais se fez uso.



RELATIVIDADE HISTÓRICA DAS CATEGORIAS INTELECTUAIS

" Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas idéias, estas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios. "3

Dentro desta concepção, o que é e o que não é trabalho depende da sua definição historicamente considerada. Os limites do conhecimento histórico-social nos constroem a analisar as sociedades que nos foram historicamente precedentes com um inevitável viés dado pela própria relatividade de nossas categorias de entendimento frente à diversidade das formações sociais.

A visão possível hoje é, pois, historicamente datada em função do modelo de pesquisa adotado. No entanto, esta relatividade não deve ser tomada como um impedimento ao conhecimento histórico-social, e sim como sua

3 Karl Marx, Das Elend der Philosophie, apud Maurício Tragtemberg,

característica. A noção de um conhecimento absoluto e não sujeito à história deve ser reavaliada face às características específicas das ciências sociais, e mesmo face às novas concepções das ciências naturais.⁴

O objetivo deste trabalho é realizar uma crítica do ponto de vista de uma ciência social preocupada com critérios de verdade (opondo-se ao critério de operacionalidade da dogmática jurídica). O objeto desta crítica é o Direito do Trabalho, um corpo de conhecimentos e técnicas decisórias e operativas que se atribui um "status" científico.

Metodologicamente impõe-se a necessidade de dar uma definição inicial ao conceito de trabalho, assim como de acompanhar a sua evolução histórica. Esta definição é importante para clareza dos termos empregados, mas deve ser relativizada em função das diferentes realidades sociais a que se referir.

4 Ver:

a) Fritjof Capra, O Ponto de Mutação, São Paulo, Ed. Pensamento, 1987.

b) Boaventura dos Santos, " Ensaio para uma Ciência Pós-Moderna " , in Estudos Avançados, número 2, ano II, São Paulo, EDUSP, 1988.

UMA DEFINIÇÃO DE TRABALHO

A idéia de trabalho está tão profundamente enraizada no pensamento dos homens no contexto da sociedade industrial, que frequentemente a extensão e o significado deste termo não são avaliados. Mas, para uma análise da normatização jurídica do trabalho, é necessário que se analise mais profundamente esta questão, adotando-se uma definição que, ainda que incompleta, sirva como base inicial para o estudo do tema.

O significado geral do conceito de trabalho é associado ao esforço, porém diversas conceituações mais amplas têm sido colocadas. Em princípio, o trabalho não é uma necessidade imperiosa do Homem. Assim como os animais vivem sem trabalhar, poderia também o Homem fazê-lo. Mas o Homem se diferenciou dos outros animais por ter uma capacidade de criação que se reflete na atividade produtiva. Neste sentido, o trabalho é o instrumento (a ação) pelo qual o Homem modifica a natureza ao seu redor e neste mesmo processo muda a si mesmo. Desta forma, o trabalho humano tem pelo menos dois aspectos fundamentais:

- a) a ação de modificação da natureza;
- b) a interação com o próprio Homem.

"No processo de trabalho , isto é, no processo de moldar e alterar a natureza exterior a ele , o Homem molda e altera a si mesmo. Sai da natureza, dominando-a, e desenvolve suas capacidades de cooperação e da razão e seu sentido do belo. Separa-se da natureza, da unidade originária com ela, mas ao mesmo tempo volta a unir-se com ela como seu senhor e construtor"⁵

Seguindo estas orientações, será adotada uma definição provisória de trabalho, que o concebe como:⁶

- a) uma ação;
- b) desempenhada por seres humanos;

5 Ver Erich Fromm, Psicanálise da Sociedade Contemporânea , Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1961, Pg 184.

6 Ver José Maria Maravall, "Trabalho" in , Dicionário de Ciências Sociais , Rio de Janeiro, Ed. FGV, pag. 1249, 1986.

- c) que supõe dispêndio de energia;
- d) dirigida a um fim conscientemente determinado;
- e) executada com emprego de energia física e mental;
- f) geralmente com algum instrumento;
- g) que, de algum modo, produz efeitos sobre a condição do agente.

Nestas condições, as relações de trabalho apareceram concomitantemente com o surgimento da vida em sociedade. Não porque não possa existir trabalho sem a vida social, mas porque a vida social tem o trabalho como base de sua existência, na medida em que cria uma rede de relações que supõem ações conscientes, teleologicamente orientadas e interativas.

Assim, se o trabalho surge da interação modificativa entre o Homem e a natureza, é no seio da comunidade social que o trabalho encontrará seu lugar por excelência e suas condições básicas de desenvolvimento e complexificação.

A evolução dos grupos sociais primitivos gerou uma especialização de tarefas e uma divisão de trabalho

crescente, inicialmente através da discriminação sexual do trabalho. Na continuidade do processo de especialização, definiram-se classes sociais, e, com o advento da sociedade industrial, mesmo no seio das classes sociais, já não mais se encontra uma homogeneidade das tarefas a serem desempenhadas. A sociedade industrial criou a superespecialização e a multiplicação das tarefas de trabalho.⁷

Obviamente, as formas de exercício do trabalho na história não são estáveis, mas sumamente mutáveis, acompanhando a evolução social, cultural, técnica e política. O que hoje chamamos de trabalho (numa conotação positiva), não seria uma atividade considerada digna de um cidadão grego na Grécia Clássica⁸.

Pierre Clastres⁹ demonstra que, em sociedades primitivas, o trabalho se dá dentro de um quadro técnico destinado a garantir um domínio do meio ambiente adaptado e relativo às suas necessidades (e não um domínio absoluto

7 Ver Adam Smith, Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

8 Ver Hannah Arendt, A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

9 Ver Pierre Clastres, A Sociedade Contra o Estado, Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, Cap XI

como o pretendido pela ciência moderna). Disto deriva-se que, nas sociedades primitivas, a determinação da quantidade e qualidade do trabalho é dada em função de uma necessidade equilibrada de sobrevivência e não por um processo induzido de acumulação de excedentes. Clastres atribui a indução do trabalho visando a produção de excedente (que define a alocação temporal das atividades em função do trabalho, invertendo a determinação do trabalho em função de necessidades definidas em termos de um equilíbrio estável), ao aparecimento do Estado .

É importante frisar que a sociedade industrial define relações de trabalho específicas em termos de seus critérios tecnológicos, sociais e culturais, sendo que as mesmas corresponderão a um tratamento jurídico diferenciado.

O CONCEITO DE ESTADO E SUA INTERAÇÃO COM O DIREITO

Em se tratando de uma concepção marxista, o Estado não pode ser definido a partir do Direito, que é, em essência, seu produto, mas pode ser definido em função das relações sociais. Ocorre que, em muitos autores, há um desvio jurisdicista do pensamento marxista, que se expressaria da seguinte forma:

" Em que consistiria o desvio jurisdicista do pensamento Marxista? Consistiria em identificar o socialismo com um sistema jurídico no qual se aboliu o direito de propriedade privada e se instaurou alguma forma de propriedade " social ", quer dizer, o socialismo se tornaria uma forma de Estado cujo conteúdo é jurídico e não sócio-econômico: o Estado socialista já não se definiria como forma política de certas relações sociais de produção, mas por sua forma jurídica, cujo centro seria a propriedade social".¹⁰

¹⁰ Oscar Correa, " A Concepção Jurisdicista do Estado no Pensamento Marxista ", in Crítica do Direito e do Estado, Carlos Alberto Plastino (org.), Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984 , Pg 145.

No pensamento marxista, o Estado não aparece em

função do Direito, mas o Direito é que aparece em função do Estado. É inegável, no entanto, que os processos jurídicos

agem sobre a sociedade e o Estado em níveis diferenciados, e que também interagem constantemente, sendo o conflito um de

seus elementos constitutivos; não apenas o conflito expresso na luta de classes, mas também um conflito disseminado e

potencial entre todos os agentes sociais, nem sempre institucionalizado ou institucionalizável. E a sociedade, em

constante mudança, tem os seus rumos definidos pela resultante destes múltiplos conflitos.

Se, na concepção marxista tradicional, há um vetor de determinação unidirecional no sentido da infraestrutura

econômico-social para a superestrutura político-jurídico-ideológica, é possível, também, alargar os pressupostos e

pensar em termos de uma interação bidirecional entre estes dois elementos.

Maurice Godelier dá uma definição precisa desta orientação:

"Quelie est la part de la pensée dans la production de la société et dans sa reproduction ?

Le premier des faits était le constat

que nulle action matérielle de l'homme sur la nature, entendons nulle action intentionnelle,

voulu par lui, ne peut s'accomplir sans mettre

en oeuvre dès son commencement dans l'intention des réalités "idéelles", des représentations, des jugements, des principes de la pensée qui, en aucun cas, ne sauraient être seulement des reflets dans la pensée de rapports matériels nés hors d'elle, avant elle et sans elle. "11

"Les rapports sociaux ne sont pas des choses. Ils n'existent pas sans l'intervention et l'action des hommes pour les produire (...), il nous faut conclure que la distinction entre infrastructure et superstructure, si elle garde un sens, n'est pas une distinction de niveaux ou d'instances, pas plus qu'elle une distinction entre des institutions" "12

É sobre esta hipótese que este trabalho será desenvolvido.

Mas isto não significa que se pretenda afirmar a preponderância do ideal sobre o material, mas que se a vida social se realiza numa complexa interação entre estes dois níveis, esta ocorre na forma de condicionamentos das ações

11 Maurice Godelier, L'Idéal et le Matériel, Paris, Fayard, 1984, Pg 21.

12 Maurice Godelier, L'Idéal et le Matériel, Paris, Fayard, 1984, Pg 30.

sociais e não de sua determinação¹³.

13 A adoção deste referencial supõe a rejeição da tese de Espinoza sobre a liberdade humana, segundo a qual a liberdade se resume ao desconhecimento das determinações causais que agem sobre a mente humana.

Ver Benedictus de Spinoza, Ética, São Paulo, Abril Cultural, 1978,

Pgs 132-134.

POSICIONAMIENTO HISTÓRICO

UMA DELIMITAÇÃO DE CAMPO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Apenas esquematicamente, pode-se dividir a história mundial em seis grandes civilizações¹⁴:

- a) a Civilização Ocidental;
- b) a Civilização do Oriente Médio;
- c) a Civilização Hindu;
- d) a Civilização Chinesa;
- e) as Civilizações Africanas;
- f) as Civilizações Americanas Pré-Colombianas.

A delimitação destas civilizações¹⁵ não significa, de modo algum, a pressuposição de desenvolvimentos estanques, mas apenas o reconhecimento de linhas mais ou

14 Para uma divisão análoga ver Willian McNeill, História Universal - Um Estudo Comparado de Civilizações, São Paulo, EDUSP/Globo, 1972

15 Há estudos mais detalhados sobre o desenvolvimento de civilizações na História, Toynbee chegou a desenvolver análises de 21 civilizações (inclusive civilizações "abortadas" como a céltica e a islandesa), mas um estudo tão profundo fugiria ao escopo deste trabalho.

Ver, neste sentido, as obras:

a) Arnold Toynbee, A Humanidade e a Mãe-Terra, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

b) Arnold Toynbee, Um Estudo de História, Brasília, Ed. U.N.B., São Paulo, Martins Fontes, 1986.

menos autônomas de crescimento, que criaram padrões culturais distintos. O reconhecimento destas distinções é decisivo para evitar-se um etnocentrismo extremado na análise histórica, permitindo, também, uma certa relativização dos conceitos históricos.

A recomposição histórica das categorias de trabalho serve como base para uma tentativa de análise das condições atuais desta prática e como um quadro de referência, ainda que sumário e incompleto, para pensar suas possibilidades de desenvolvimento. A restrição do campo de análise à civilização ocidental, além de ser uma providência recomendada pela cautela, permite uma tentativa de linearidade do esboço histórico que, em nenhum momento, se pretende completo ou capaz de esgotar um determinado assunto. Esta breve revisão histórica baseia-se na idéia de que a genealogia do presente trabalho é uma fonte importante para compreensão do mesmo.

O TRABALHO NAS SOCIEDADES ARCAICAS

É um mito muito difundido que nas civilizações arcaicas, especialmente na Grécia antiga, havia um desprezo generalizado pelo trabalho, que seria associado a uma atividade desprestigiada, ao passo que a contemplação ociosa seria socialmente valorizada. No entanto, esta proposição é verdadeira apenas com referência a alguns períodos históricos específicos, e não à totalidade do universo antigo. ¹⁶

Um dos mais prestigiados estudiosos da cultura grega, Gustave Glotz, descreve a economia da Grécia e, situando a questão do trabalho, comenta:

" Grande ou pequena, rica ou pobre, a família da época homérica procurava bastar-se a si própria com o auxílio de criadagem mais ou menos numerosa, cada qual devia a todos a sua parte de trabalho. Nestas sociedades de parentes e de servidores, constantemente aproximados pelas tarefas comuns, nenhuma ocupação avilta. Nenhuma é tão baixa que deslustre os homens e as mulheres

nobres, ou até os deuses."¹⁷

De fato, diversos deuses gregos estavam associados ao exercício de um certo ofício : Hermes (Mercúrio) , comerciante ou mensageiro . Hefestos (Vulcano), ferreiro, etc....¹⁸

Não poderia ser de outra forma numa sociedade onde o grau de diferenciação de tarefas é baixo e o isolamento dos clãs impõe uma rígida disciplina de trabalho comunitário, paralelamente à comunidade compartilhada em toda a vida social. Além de um imperativo de sobrevivência, o trabalho era também um dever religioso, dado que a religiosidade permeava toda a vida social¹⁹. O fogo sagrado era o símbolo da religião doméstica, agregadora da família , que se incorporava na disciplina do trabalho comunal.

Na religião judaico-cristã, o relato bíblico da criação supõe o trabalho divino, seis dias de trabalho e o descanso no sétimo.

17 Gustave Glotz, História Econômica da Grécia , Lisboa, Cosmos, 1946 , Pg. 16

18 Ver Mário Meunier , Nova Mitologia Clássica , São Paulo , IBASA , 1986 .

19 Ver Fustel de Coulanges, A Cidade Antiga , Lisboa , Ed. Clássica , 1941.

" Assim foram terminados o céu e a terra e todo o seu aparato. E no sétimo dia, Deus deu por terminada a obra por Ele feita. E no sétimo dia cessou de toda a obra que havia feito. E por isso, Deus abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nele cessou de toda a obra, que Ele, criando, havia feito. "20

Há diversos outros exemplos da valorização do trabalho nas sociedades primitivas que se manifestam principalmente nas suas religiões, sua expressão cultural mais típica. Como elementos da cultura e religião da Suméria, do Peru pré-incaico, do Sudão, da Nigéria, de Bali, do Irã pré-árabe (na religião mazdaísta onde o Deus do Bem, Ahura Mazda, se identifica com o trabalho).²¹

Entre estes exemplos históricos, são dignos de nota as éticas de Confúcio, Mêncio e Lao-Tsé, na China. Por volta do ano 550 A.C., este país vivia uma época politicamente conturbada pelo aberto desafio dos senhores feudais à autoridade dos imperadores da dinastia Chu. Este período, conhecido como " A China dos Reinos Combatentes", apresentou condições sociais de superpopulação, de modo que a guerra

20 Gênesis, II, 1, 2 e 3

21 Ver Pierre Jaccard, Histoire Sociale du Travail, Paris, Payot, 1960.

constante, aliada ao excesso populacional, criava uma grande insegurança, difundida por toda a sociedade. A nível religioso, esta época originou importantes correntes do pensamento chinês. A Lao-Tsé, fundador do Taoísmo, atribuiu-se um método de separação absoluto da vida terrena, visando atingir a transcendência do universo. Numa via oposta, Confúcio e Mêncio fizeram-se defensores do trabalho, da tradição e da família, do culto dos ancestrais e conferiam um aspecto positivo à atividade laborativa, que era, então, motivo de honra. O Taoísmo, pregando, no entanto, o despreendimento material e o refúgio no espiritual, começa a expressar um anti-materialismo e anti-tecnicismo que serão importantes posteriormente, colocando em xeque, em diversos momentos históricos, as concepções de trabalho e materialidade.

Na Índia, o Budismo pregou também um despreendimento do mundo material. A ética Indu, nesse sentido, nega toda dignidade ao trabalho, valorizando apenas a recusa orgulhosa do asceta em entrar na cadeia dos deveres terrenos para se dedicar à sua solitária e pessoal busca do transcendente.

O TRABALHO NO CONTEXTO DA PÓLIS GREGA E DA CIVILIZAÇÃO CLÁSSICA

A desagregação da economia gentílica, típica da Grécia arcaica, gerou complexas consequências no plano social. Em primeiro lugar, gerou um individualismo contrastante com a mentalidade comunal do Genos. Gerou também um notável aumento das diferenças sociais, pois o aumento da população não foi acompanhado por um aumento correspondente na produção agrícola e o sistema de repartição de bens tendia à concentração, visando preservar a estrutura gentílica, que seria inviável com a atomização da propriedade rural.

Esta situação, aliada ao surgimento de uma camada de profissionais não proprietários, os Demiurgos, permitiu o início de um processo de desenvolvimento urbano singular, diferente do sistema desenvolvido sob o signo do modo asiático de produção. Na pólis grega, não se formou uma camada significativa de funcionários (como ocorreu no Egito e na Mesopotâmia), e o estado não se configurou como uma teocracia, permitindo um espaço para a vida política participativa dos cidadãos (na democracia ateniense e até mesmo na oligarquia espartana).

Esparta foi uma das primeiras cidades-estado da Grécia que organizou-se politicamente numa oligarquia

extremamente fechada e destinada à manutenção da dominação da minoria dórica (espartíadas) sobre a maioria de escravos (hilotas). Atenas, por outro lado, teve um desenvolvimento político mais complexo, legando as maiores realizações intelectuais do mundo grego. Foi notável a gênese do regime democrático, pelas reformas de Clístenes (507 a 508 A.C.), que instituíram um complexo sistema de participação direta dos cidadãos nos negócios da Pólis. Porém, apenas uma minoria da população detinha a condição de cidadão, e o sistema produtivo era como em Esparta, baseado no trabalho escravo. Outras cidades-estado gregas tiveram importância histórica, mas não se afastavam da característica geral de serem sistemas urbanos de participação política, de base agrário-escravocrata (sem que se despreze a importância da atividade comercial, que se concentrava em produtos não essenciais). Neste sentido, Perry Anderson observa:

" Contudo, ao mesmo tempo, esse friso de civilização urbana teve sempre algo do efeito de fachada " trompe l'oeil " sobre a sua posteridade, pois por detrás desta cultura e organização não havia uma economia urbana que se lhe comparasse: pelo contrário, a prosperidade material que sustentava a sua vitalidade intelectual e cívica provinha em proporções esmagadoras do campo. O mundo

clássico era massivamente, inalteravelmente rural nas suas proporções quantitativas básicas ".

" As cidades-estado gregas tornaram a escravatura, pela primeira vez, absolutas na forma e dominante na extensão, transformando, deste modo, de recurso subsidiário, em modo de produção sistemático. O mundo helênico clássico, é claro, nunca assentou exclusivamente no trabalho escravo, mas o modo de produção dominante na Grécia clássica, que regia a complexa articulação de cada economia local e dava o seu punho a toda a civilização da cidade-estado, era o enclavagista. "22

Neste contexto, foi justamente a exploração do trabalho escravo que permitiu que o cidadão da pólis desfrutasse da desobrigação das tarefas de trabalho manual e pudesse, assim, dedicar-se às tarefas políticas, fazendo com que estas atingissem um grau de liberdade e desenvolvimento nunca antes visto.

Diferenciavam-se claramente o trabalho do escravo e a atividade do cidadão, estando o trabalho associado à

perda da liberdade.²³

Esta questão colocada por Platão, foi retomada por Hannah Arendt na construção de uma tipologia das ações humanas (Labor, Trabalho e Ação). Labor é a atividade metabólica vital do ser humano. Trabalho é a imposição do Homem à natureza, a criação do artificial. Ação é a atividade inter-humana, social e relacional; é a condição da vida política e da história. Na pólis grega, apenas a ação seria considerada uma atividade digna para o "status" de liberdade do cidadão²⁴. A retomada desta separação constitui uma rica base de reflexão para a posição do Homem numa sociedade cada vez mais automatizada.

A Antiguidade Clássica, derivada do modelo da pólis grega, conheceu três grandes ciclos de crescimento, baseados na expansão colonial. Primeiramente, o imperialismo ateniense, circunscrito aos limites da Grécia, e após este, os grandes impérios macedônico e romano. A conquista, a pilhagem e o fluxo de escravos eram elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio da economia clássica. Deste modo, a expansão passou a ser uma necessidade imperiosa para estas sociedades.

23 O mito das raças metálicas de Platão é um bom exemplo desta mentalidade.

Ver Platão, República.

24 Ver Hannah Arendt, A Condição Humana, Rio de Janeiro, Forense

Universitária, 1981.

O império de Alexandre não sobreviveu à sua morte, mas o império romano solidificou-se e durou mais de mil anos, sendo a maior expressão do sistema político-social gerado na pólis grega. Roma mantinha a contradição básica contida na estrutura da civilização clássica: ser uma civilização urbana "livre", fundada numa economia agrário-escravocrata. Em última análise, esta contradição, aliada ao desprezo pelo trabalho e a técnica, contribuíram, segundo alguns estudiosos²⁵, para o colapso desta civilização.

A sociedade romana apresentou certas peculiaridades que permitiram o desenvolvimento de um tipo de prática social de resolução de conflitos: o Direito Romano, que deixou forte impressão no desenvolvimento posterior da civilização ocidental. Este Direito se desenvolveu à sombra de uma preocupação mais prática e ligada à decidibilidade dos conflitos do que à indagação filosófica grega sobre a justiça abstrata. O Direito Romano foi construído a partir da religiosidade²⁶ em sua fase inicial, onde o Direito visou recriar o ato sagrado da fundação da cidade.

Com o crescimento do Império Romano em tamanho, complexidade e diversidade, estes atos formalísticos religiosos tiveram o papel de institucionalização dos

25 Ver , por exemplo , M. Rostowtzeff , História de Roma , Rio de Janeiro , Zahar , 1967 .

26 Ver Fustel de Coulanges , A Cidade Antiga, Lisboa , Ed. Clássica , 1941 .

conflitos, na medida em que a sociedade romana julgava a si própria, colocando em jogo a identidade cultural-civil do cidadão como forma de legitimação das decisões tomadas pelos representantes do estado.

O Direito Romano originou-se, assim, da prática, desenvolvendo-se através de um método que consistia na análise de um dado problema concreto, seguindo-se a discussão retórica das alternativas possíveis e, finalmente, a generalização da solução encontrada. Em Roma, foi adotada uma modalidade de propriedade incondicionada (*Jus utendi, fruendi e abutendi*), e se desenvolveram institutos jurídicos que deram origem a grande parte de nosso Direito Civil atual²⁷.

No entanto, em sua base escravocrata, a sociedade romana tinha uma posição ambígua. Em tese, para o Direito Civil, o escravo era coisa (*Res*), mas em termos do Direito Criminal, o escravo era responsável pelos seus atos, podendo ser julgado por delitos que praticasse (como matar o seu dono, por exemplo).

A definição jurídica é insuficiente para situar a escravidão antiga, pois esta se insere no contexto mais

27 Ver José Cretella Jr., Curso de Direito Romano, Rio de Janeiro,

Forense, 1980, 7ed.

A. Correia & G. Sciascia, Manual de Direito Romano, Rio de Janeiro

, Livros Cadernos.

amplo das relações socio-políticas. Diferentes condições podiam caracterizar a posição de um escravo, desde o trabalho mortal nas minas até os altos cargos na administração do Império, de modo que a escravidão constitutiva do Império Romano como sua categoria básica de trabalho apresenta um alto grau de complexidade, permeando as contradições inerentes à dinâmica Urbano/Rural que caracterizaram esta forma de organização social.

O TRABALHO NO FEUDALISMO

Se o Capitalismo surgiu gradativamente através do processo de acumulação primitiva de capital e da desagregação das estruturas feudais, o mesmo não se pode dizer do Feudalismo, que se formou a partir do esfacelamento da Antiguidade Clássica e de sua síntese com os modos de produção tribais e primitivos dos povos bárbaros germânicos. Estes dois modos de produção se mesclam com o cristianismo, resultando na síntese feudal.

O Feudalismo representou, em primeiro lugar, a ruralização. A ênfase urbana da civilização clássica desapareceu, assim como a escravidão, que permitia a existência material da pólis. Os padrões culturais foram bruscamente modificados com a queda do império romano. Neste sentido, a síntese feudal foi um processo quase explosivo.

Na fase final da Antiguidade Clássica e na fase inicial do Feudalismo, a influência da religião cristã e a organização da Igreja Católica vão colaborar para a mudança da atitude de desprezo com relação ao trabalho, típica da sociedade escravocrata.

À medida que ressaltava o intelecto e a autonomia, a filosofia clássica era de difícil absorção e não satisfazia às necessidades espirituais do "homem comum" nesta situação histórica, sendo um pensamento de cunho marcadamente

elitista. O cristianismo, por sua vez, surgiu e se impôs como uma religião sensitiva e emocional, com profunda penetração entre as camadas marginalizadas do mundo antigo. Ao contrário da explicitação racional-imanente dada pela filosofia clássica, o cristianismo propunha uma explicação transcendente do mundo, com profundo conteúdo moralizador.

Como parte deste conteúdo moralizante, estava a revalorização das relações de trabalho. O povo judeu, nas suas tradições, manteve a disciplina do trabalho em um lugar importante. Segundo Pierre Jaccard, temos a seguinte situação:

" Israel est bien le seul peuple de l'antiquité qui soit resté refractaire à l'influence du mysticisme oriental condamnant le travail et l'activité comme la source première de tous les maux. "28

De fato, como Israel se encontrava em um estágio de evolução social que pressupunha para a sobrevivência o trabalho generalizado, é natural que sua ética religiosa incorporasse este conceito.

A filosofia patrística utilizou-se da linguagem e das categorias da filosofia grega dentro do quadro ético da religião cristã, gerando uma teologia que considerava Cristo

como "Logos divino" em forma humana. Esta evolução confirmou o caráter de revalorização do trabalho contido na ética judaica, como fica patente pelo lema monástico "Laborare et Orare".

Na arte cristã primitiva, a representação dos ofícios é muito importante, sendo frequente ilustrações com este tema nas catacumbas romanas (bons exemplos deste tipo de arte se encontram nos mosaicos do Deambulatório da Igreja de Santa Constanza, em Roma, datando do século IV D.C.).²⁹

A moral hebraica é fundamentalmente monista, e não opõe a matéria ao espírito, ao contrário das religiões orientais, onde o dualismo metafísico acabou conduzindo a uma moral ascética. Mas, no cristianismo, encontramos também alguns aspectos deste ascetismo, que visa a modificação do corpo como forma de liberar o espírito dos empecilhos da matéria. O início das ordens monásticas se caracterizou justamente por um ascetismo exarcebado, e no século III D.C. já era um fato comum a existência de comunidades monásticas em lugares ermos.

Com o passar do tempo, foram elaboradas regras de disciplina e trabalho aplicáveis ao monasticismo, como as regras de São Basílio e São Benedito. A regra beneditina teve profunda influência no monasticismo ocidental, impondo uma rígida disciplina de pobreza, estudo, obediência e

29 Ver Everaldo Upjonh, e outros, História Mundial da Arte, Vol. II, Lisboa,

trabalho. São Benedito combateu o individualismo excessivo e procurou institucionalizar o impulso místico que levava os monges a se retirarem do mundo. Aboliu, também, a auto-destruição física, substituindo-a por uma ética de trabalho e oração, o que contribuiu para que a regra beneditina se tornasse padrão nos mosteiros ocidentais.³⁰

Mais importante que o trabalho monástico, porém, foi o novo padrão de relação de trabalho geral, conhecido como servidão.

" O produtor imediato - o camponês - estava ligado aos meios de produção - o solo - por uma relação social específica. A fórmula literal desta relação era fornecida pela definição jurídica da servidão " glebae adscripti ", ou vinculados à terra, servos da gleba: os servos tinham uma mobilidade juridicamente limitada. "³¹

A servidão não se confunde com escravidão, mas o

30 Ver Marvin Perry, "O Princípio do Cristianismo, Uma Religião Mundial", in Civilização Ocidental, Marvin Perry (org.), São Paulo, Martins Fontes, 1985.

31 Perry Anderson, Passagens da Antiguidade ao Feudalismo, Porto, Afrontamento, 1982, Pg. 163.

servo podia ter condições de vida ainda piores que a de um escravo. Como os camponeses estavam limitados à terra e imperava o particularismo político através de uma intrincada rede de vassalagem, além de trabalhar na terra que lhe cabia, o servo deveria, também, trabalhar nas terras do senhor feudal, tendo uma série de obrigações (tais como corvéia, capitação, talha, banalidades, taxa de justiça, dízimos, mão-morta, prestações, etc...), e alguns direitos. Esse sistema foi uma combinação de autoridade política e exploração econômica de base consuetudinária.

O TRABALHO URBANO NA IDADE MÉDIA - AS CORPORACÕES DE OFÍCIO

Apesar de ser predominantemente rural, a economia feudal tinha como parte integrante núcleos urbanos, os Burgos, que se desenvolveram e deram origem às cidades medievais. O processo de urbanização foi acelerado a partir do século XI, com o renascimento do comércio. As cidades, obtiveram, então, uma certa autonomia em relação ao regime feudal, podendo, em alguns casos, organizar seu governo, eleger funcionários e administrar seus negócios. A cidade medieval possuía seu próprio "status" de liberdade, de onde veio a famosa máxima: " Die Stadtluft macht frei ", ou seja, " o ar da cidade torna livre ".

A cidade obteve sua importância (na economia feudal), da complementação da produção agrícola, com a fabricação de produtos manufaturados e artesanais, além de ser, por excelência, um mercado de troca. No contexto destas cidades, organizaram-se agrupamentos profissionais conhecidos como Corporações de Ofício. Havia corporações de mercadores e de artesãos, sendo estas mais recentes. As corporações limitavam o comércio e a produção de bens, estabelecendo um monopólio nestas atividades.

As corporações eram, pois, organizações complexas, baseadas na associação de profissionais, que se agrupavam

para manter os preços de seus produtos, controlar o aparecimento de concorrentes, garantir a qualidade das obras e regular o ensino da profissão.

Sobre este assunto, diz Henri Pirenne:

" De tudo isso, se pode inferir que os

poderes públicos regulamentaram, a partir do século XI, o regime industrial nas cidades,

por meio da repartição de artesãos em tantos

grupos quanto as diferentes profissões a

vigiar exigiam. A cada um dos referidos

grupos, outorgou-se o direito de reservar a

seus membros o exercício da profissão a que

se dedicavam. São, pois, grupos

privilegiados, tão alheios quanto possível à

liberdade industrial. Baseiam-se no

exclusivismo e no protectionismo "

" A paz pública estava igualmente

interessada e o controle industrial era,

deste modo, mais fácil. Amide, as

corporações tiveram que se sujeitar a censos

em troca da valiosa concessão que se lhes

foram concedidas.

A corporação constituía-se em um sistema sindical primitivo, que visava, em primeiro lugar, a garantia dos privilégios do produtor, e, subsidiariamente, da qualidade do produto. Internamente, as corporações de ofício tinham uma rígida estrutura hierárquica em três níveis: os artesãos-mestres, os jornaleiros e os aprendizes. Somente as duas primeiras categorias participavam da direção dos negócios da organização. O aprendiz ficava sob controle do mestre artesão, que dirigia o seu ensino. Após o domínio da técnica básica do seu ofício, o aprendiz era promovido a jornaleiro e podia trabalhar como assalariado nas oficinas do mestre. Os jornaleiros poderiam submeter-se a uma prova para que fossem promovidos a mestres. Normalmente, esta prova consistia na realização de uma "obra-prima", demonstrativa do domínio completo das técnicas do ofício. Após a aprovação neste exame, o ex-jornaleiro (agora mestre), poderia constituir sua própria oficina, empregar jornaleiros e instruir aprendizes. No entanto, os mestres estavam ainda submetidos às corporações, no tocante à fixação de preços, controle de qualidade, etc...

Alguns autores negam a característica sindical das corporações de ofício:

" As corporações medievais não têm qualquer relação de fato com os sindicatos de hoje, a despeito da semelhança superficial com as associações modernas, que se organizam

por ofícios. Diferentemente do sindicato moderno, as corporações de ofício não se limitavam estritamente à classe operária, pois os mestres artesãos eram capitalistas, possuidores dos meios de produção..., (...), a corporação era em si mesma um sistema industrial em miniatura, combinando as funções da sociedade industrial, da associação mercantil e dos sindicatos modernos.³³

Burns, embora apontando bem o caráter autônomo da produção corporativista, equivoca-se ao identificar os mestres artesãos a capitalistas, embora industriais.

³³ Edward M. Burns, História da Civilização Ocidental, Porto Alegre, 1952,

A DECADÊNCIA DO FEUDALISMO E A GÊNESE DO CAPITALISMO

Um dos assuntos, de fato, mais debatidos na história econômica, é a gênese do capitalismo a partir da desagregação do modo de produção feudal. É certo, porém, que na morte do Feudalismo está o nascimento dos estados nacionais e de uma nova forma de organização econômica: o Capitalismo.

Não sendo, assim, um modo de produção exclusivamente agrário, o Feudalismo, principalmente na baixa idade média, continha uma estrutura de trocas urbanas. O posterior crescimento das cidades, com o reflorescimento comercial, foi um desenvolvimento natural dos burgos e se constituiu num enclave urbano que destruiu a base da economia feudal, com extensão da economia de mercado. Paralelamente, a própria economia agrária criou condições para a diferenciação social dos camponeses e para o surgimento do pequeno produtor³⁴. Neste contexto de mudanças, se enquadram as evoluções na técnica agrícola, como o arado pesado puxado a bois e o cultivo rotativo, que permitiram o aumento da produtividade agrícola e o conseqüente aumento da

34 Ver Paul Sweezy e Maurice Dobb, Do Feudalismo ao Capitalismo

população, gerando diversas mudanças sociais. Este processo culminou com a diminuição da importância da servidão como sistema básico de trabalho (no ano 1050, cerca de 90% dos camponeses franceses estavam sobre o regime de servidão, no ano de 1350, esta porcentagem estava reduzida a 10%)³⁵

Nesta transição, as relações de servidão foram progressivamente transformadas em prestações monetárias, o que abalava seriamente a estrutura do imobilismo feudal, introduzindo a monetarização das relações de produção e abrindo caminho para o "trabalho livre" e o regime jurídico de contratos.

Muitas são as causas apontadas pelos historiadores para a decadência do Feudalismo e o nascimento da economia de mercado capitalista. O estudo deste processo foge ao escopo deste trabalho, mas é útil apontar alguns elementos constitutivos deste modo de produção capitalista emergente. Ressalta-se como principal elemento constitutivo do Capitalismo o mercado aberto, com condições de permitir a acumulação de capital. O Regime Feudal centrou-se na auto-suficiência. A superação do mesmo, gerando condições para a criação da economia de mercado, é a pedra de toque da emergência do Capitalismo.

A primeira forma de Capitalismo foi a comercial, derivada do aumento populacional do fim da idade média, que

35 Para uma análise quantitativa da sociedade feudal ver Michel LeMené , A

fez crescer a demanda pelas mercadorias básicas, elevando seu preço. O investimento foi incentivado e o consumo desestimulado. Este processo gerou um ciclo investimento-lucro que caracterizou a acumulação primitiva de capital.

Para completar o quadro do capitalismo mercantil, é preciso situar um novo ator na cena política, o Estado. Empenhada na superação do entrave ao processo de acumulação primitiva do capital mercantil, que representava o particularismo político feudal, a burguesia nascente apoiou o surgimento dos estados nacionais como um meio de permitir maior liberdade de circulação de mercadorias.

O Estado Absolutista foi uma solução de compromisso político entre a aristocracia, a burguesia e a monarquia que resultou na manutenção de privilégios feudais, mas que permitiu, também, condições para a superação de entraves ao processo de acumulação capitalista, além de uma forte centralização política.

Perry Anderson define a natureza deste período:

" Os senhores que se mantiveram proprietários dos meios de produção fundamentais em qualquer sociedade pré-industrial, eram, evidentemente, proprietários nobres. Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante, econômica e politicamente, era, portanto, a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal. Essa nobreza sofreu

profundas modificações nos séculos que se seguiram ao fim da Idade Média. Mas desde o princípio ao fim da história do Absolutismo, nunca foi desalojada do seu domínio de poder político.

As alterações na forma de exploração feudal, sobrevindas no final da época medieval, estavam, naturalmente, longe de serem insignificantes. Na realidade, foram precisamente estas mudanças que mudaram as formas do estado. Essencialmente, o Absolutismo era apenas isso: um aparelho de dominação feudal, alargado e reforçado, destinado a fixar as massas camponesas na sua posição social tradicional, a despeito e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação alargada das suas obrigações. Por outras palavras, o Estado Absolutista nunca foi um árbitro entre a burguesia e a aristocracia, ainda menos um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia. ³⁶

Se, por um lado, o regime absolutista representou a manutenção atualizada dos privilégios feudais da aristocracia, por outro lado favoreceu a burguesia no

36 Perry Anderson, Linhações do Estado Absolutista, Porto, Afrontamento,

processo de solidificação da economia de mercado, acelerou o processo de acumulação de capital e preparou o caminho para a configuração plena do modo capitalista de produção, que se deu após a revolução industrial do século XVIII.

Neste sentido, confirma-se a colocação de Engels:

" Há períodos em que as classes em luta se equilibram tão bem, que o poder político, pretendo mediador, adquire momentaneamente um certo grau de independência em relação a elas. Assim aconteceu com a monarquia absoluta do século XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio entre a nobreza e a burguesia "37.

A preocupação com a comercialização, aliada a fatores circunstanciais, gerou uma nova técnica agrícola, a exemplo da agricultura conversível, que aumentou substancialmente a produção, baixando o preço dos produtos agrícolas, alterou a distribuição de renda de forma que um número cada vez maior de pessoas tinha dinheiro suficiente para empregar em outras coisas além dos alimentos, ou seja, na indústria e em seus produtos.

Estava sendo gerada, com a instauração do mercado em escala mais ampla, a revolução capitalista industrial,

37 Frederick Engels, As Origens da Família, da Propriedade e do Estado,

mas isso não autoriza a pensar no desaparecimento das relações feudais no campo, ainda a forma de produção prioritária.

O fim da servidão não significou o desaparecimento das relações feudais no campo.

De fato, a observação do curso dos acontecimentos na revolução francesa de 1789 revela que a manutenção dos privilégios feudais para os nobres foi uma das principais causas da queda do "ancien régime" ³⁸

38 "... o colapso histórico do Estado absolutista francês estava directamente ligado à inflexibilidade de sua formação feudal . A crise fiscal que serviu de detonador à revolução de 1789 foi suscitada pela sua incapacidade de lançar impostos sobre a classe que representava . A própria rigidez do vínculo entre Estado e a nobreza acabaria por precipitar a queda de ambos."

Perry Anderson, Linhagens do Estado Absolutista , Porto , Ed.

Afrontamento, 1984 , Pg 127.

A ÉTICA BURGUESA DO TRABALHO - WEBER E A ÉTICA

PROTESTANTE

Está pressuposta na ética do mercado uma idéia de igualdade, de equilíbrio entre os agentes capitalistas.

Na gênese da teoria econômica, Adam Smith fez a melhor formulação deste princípio com seu conceito de "mão invisível"³⁹, pelo qual a melhor forma de atingir o bem estar da sociedade seria o mercado livre, a interação dos individualismos, das ações " egoístas " visando bens específicos, que criariam um sistema auto-ajustável. Em suma, a " mão invisível " de Smith seria um sistema que transformaria a ganância individual em bem comum.

Max Weber, em " A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo ", discorda da tese marxista de que a consciência do Homem é determinada por sua classe social⁴⁰. Weber procurou explicar como certos tipos de atitude religiosa protestante definiram uma eticidade que impulsionou, entre outros fatores, o desenvolvimento do

39 Ver Adam Smith, Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

40 Ver Reinhard Bendix, Max Weber - Um Perfil Intelectual, Brasília, Ed.

U.N.B., 1986.

capitalismo através do incentivo à busca racional da acumulação econômica.

Esta tese de Weber é particularmente forte na descrição do calvinismo. A reforma religiosa que começou com Lutero teve sucesso devido a diversos fatores, tais como à falta de credibilidade do clero católico em flagrante contradição com os votos de pobreza e austeridade, as conveniências da nobreza alemã, que via oportunidade ímpar de livrar-se do pagamento dos tributos à Igreja e ainda confiscar-lhe as terras. O Luteranismo manifestou-se como uma reinterpretação da doutrina cristã norteadas por uma idéia de contato direto com Deus, sem a intermediação da Igreja e de conteúdo fortemente moralizante. O êxito da Reforma fora da Alemanha deveu-se, em grande parte, a Calvino, um teólogo francês que ofereceu uma versão radicalizada da doutrina Luterana. Um dos elementos fundamentais em Lutero e Calvino era a noção de predestinação, ainda que não seja conhecida, a princípio, o conteúdo da mesma.

A ética que embasou o Calvinismo destacou um tipo de despreendimento do mundo físico, um ascetismo particular que elegia o trabalho e a abnegação do consumo como a expressão do comportamento condizente com a glória de Deus.

O protestantismo definiu, pois, um padrão moral de acumulação de riquezas em que o trabalho era muito valorizado e cumpriu uma dupla função:

a) permitiu uma justificação religiosa do processo de acumulação capitalista;

b) criou o embrião da ética burguesa do trabalho, do individualismo religioso e do racionalismo.

A contribuição maior de Max Weber na análise deste problema foi viabilizar a colocação do mesmo a nível conceitual das idéias, não só como consequência, mas como causa interativa do processo de evolução histórica.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A CONFIGURAÇÃO

PLENA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista só se configurou em sua plenitude com a revolução industrial, pois o capitalismo mercantil e a sua contrapartida política, o Estado Absolutista, mantiveram as relações de trabalho no seio da sociedade atreladas aos liames feudais.

O surgimento do capitalismo industrial permitiu a substituição do processo de acumulação primitiva de capital por um processo dinâmico de extração de mais-valia (absoluta e relativa). Este foi um processo complexo, que mudou os padrões sociais de comportamento, impôs definitivamente o sistema de mercado e amoldou o Homem às exigências da produção industrial, em um novo "status" técnico.

As mudanças sociais foram significativas:

a) imposição do mercado como instituição central da organização econômica. A produção passa a ser voltada para a comercialização e não para a auto-suficiência;

b) a produção industrial supõe a mudança da disciplina de trabalho, gerando:

1) especialização das tarefas, divisão do

trabalho, atomização dos procedimentos;⁴¹

2) padronização da produção;

3) sincronização, controle métrico do tempo, em oposição ao ritmo de trabalho ditado pela natureza, que caracterizava o trabalho rural;

4) perda do controle do trabalhador sobre o seu trabalho, submissão a um comando único central.

c) Paralelamente à ascensão da produção industrial, assistimos a uma mudança na visão de mundo, caracterizada por:

1) metrificação do tempo e do espaço e geometrização;

2) relações causais e determinismo (notável no sistema de mundo de Laplace⁴²);

3) divisão do trabalho intelectual, procedimento analítico, divisão das dificuldades

41 Ver Georges Friedmann, O Trabalho em Migalhas, São Paulo, Ed.

Perspectiva, 1972.

42 Laplace, um dos maiores matemáticos franceses, disse, certa vez, que se lhe fosse dado conhecer todas as posições das coisas e suas regras de movimento, poderia prever o futuro com absoluta certeza, até o infinito. Esta colocação mostra como pode a concepção determinista ser levada a extremos em suas consequências, "Mundi ex-machina".

em pequenas etapas;⁴³

4) matematização e império do método científico.⁴⁴;

5) Caráter específico e operacional do conhecimento voltado para o processo e não para as essências.⁴⁵

d) A produção industrial cria a necessidade de desenvolvimento de um sistema de controle. Surge, paralelamente às atividades capitalistas, a burocracia, uma organização formal com características peculiares, que irá assumir um papel de especial importância no funcionamento do capitalismo industrial. E assim, ela irá definir o que se chamará mais tarde de poder gerencial.

43 Ver René Decartes, Discurso sobre o Método, S. Paulo, Ed. Hemus, 1986.

44 Ver René Decartes, Regras para a Direção do Espírito, Lisboa, Ed. Setenta.

45 Ver Galileu Galilei, Ensaíador, S. Paulo, Abril Cultural, 1978.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO DEFINIDAS PELOS SEUS CONTEXTO HISTÓRICOS

Nesta breve e sucinta retrospectiva histórica, podemos observar que, nas civilizações ocidentais, as relações de trabalho passaram por 4 fases distintas, correspondentes aos modos de produção, segundo os quais estas sociedades se organizaram.

O quadro abaixo apresenta algumas características desta evolução:

=====		
Economia gentílica comunal	Grécia Arcaica	O trabalho é dever de todo membro da sociedade.

Economia Escravocrata	Antiguidade Clássica	O trabalho é indig- no do sábio

Economia Feudal	Feudalismo centro-eu- peu (França e Alemanha)	O trabalho é revalo- rizado pela Igreja; Relações de trabalho de servidão no campo Corporações de ofí - cio regulamentam o trabalho urbano.

Economia	Absolutismo	Persistência de re -
Capitalista		lações feudais e
		convívio com formas
		capitalistas.

Economia	Idade Moder-	Instalação da disci-
Capitalista	na	plina industrial do
		trabalho, Burocracia

As referências históricas dissonantes e eventuais alusões às civilizações orientais tiveram a intenção de quebrar a linearidade da exposição e mostrar possíveis contradições no relato deste processo, levando em conta que a história é fundamentalmente interpretativa e pode ser definida como o estudo da transição (Ortega Y Gasset).

ESTRUTURAS BURECRÁTICAS

UMA TIPOLOGIA DE ORGANIZAÇÕES FORMAIS

Segundo alguns teóricos, há uma relação estreita entre estágios de desenvolvimento social e tipos de organizações formais dominantes na estrutura de uma certa sociedade. Genericamente, teríamos as correlações colocadas no quadro abaixo:

Sociedade pré-industrial-----Pré-burocracia

Sociedade industrial-----Burocracia

Sociedade Pós-industrial-----Pós-burocracia

Considera-se sociedade pré-industrial como aquela baseada na produção agrícola, organizada sobre uma estrutura familiar de clã, (ou família ampla), com sistemas de produção intensivos em trabalho, produção predominantemente para subsistência e ritmos de vida dados pelos ciclos naturais.

A sociedade industrial surge com as técnicas de produção em massa, que impõem uma nova forma de organização da sociedade, que atomizam núcleos familiares, impõem o mercado como instituição básica da economia, instituem o controle estrito do emprego do tempo, a produção em massa

concentrada espacialmente, técnicas de produção intensivas em capital, etc...

A hipótese da sociedade pós-industrial é defendida por alguns autores como Alvin Tofler,⁴⁶ mas não está configurada ainda em sua plenitude, sendo basicamente uma projeção para o futuro. Seria uma sociedade baseada na produção despadronizada, intensiva em tecnologia, flexível e voltada à superação das deficiências da burocracia tradicional. Esta hipótese tem sido criticada como sendo um mero desenvolvimento das estruturas burocráticas, mas, caso se aceite a possibilidade de desenvolvimentos técnicos suficientemente grandes para desenhar uma nova forma de organização da produção, a hipótese de uma nova organização formal típica não é despropositada.

Obviamente, não há, assim, uma relação estritamente determinista entre as estruturas sociais e o tipo de organizações formais dominantes em uma sociedade. A relação se enquadra mais no conceito de tipo ideal de Max Weber, ou seja, uma tendência geral que pode sofrer variações de acordo com situações específicas.

46 Ver Alvin Tofler, A Terceira Onda, Rio de Janeiro, Record.

ORGANIZAÇÕES PRÉ-BUROCRÁTICAS E ORGANIZAÇÕES

BUROCRÁTICAS

As organizações pré-burocráticas são aquelas que se baseiam principalmente no exercício da autoridade tradicional ou tradicional-carismática, resultando da formalização procedimental destas relações de autoridade. As organizações burocráticas, representando o exercício da autoridade racional-legal, contrastam com as organizações pré-burocráticas na forma do quadro abaixo:

Organizações Pré-Burocráticas		Organizações Burocráticas
Seleção	Linhagem/Relações sociais	Treinamento específico
Promoção	Favoritismo/Comér- cio	Mérito/Anti - guidade.
Bases de especiali- zação	Arbitrariedade hereditarietàade	Treinamento na organização
Hierarquia	Classes sociais	Formal/Interna

Regras	Tradição/Liderança	Formais, legais
	Casuísticas	lísticas, codifi-
	Assimétricas	cadas e regulado-
		ras da organiza-
		ção.

Mandato	Instável	Permanente
	Não regulado	Regulado

Tratamen-	Pessoal	Impessoal
to dos ele-	Particularista	Universalista
mentos in -		
ternos		

Propósito	Confusão de inte-	Jurisdição explí-
	resses públicos e	cita, certeza e
	privados	segurança.

Autoridade	Tradicional/Carismá-	Racional-legal
	tica	

Processo	" Ad Hoc ", análise	Sistemático, nor-
decisório	casuística, não nor-	matizado, algo -
	mativa.	rítmico

Quadros	Não profissionais	Profissionaliza-
	Instáveis	dos.

Assim, a organização burocrática e a organização pré-burocrática são estruturas formais que emergem de realidades sociais diferentes e têm características nitidamente diferenciadas.⁴⁷

47 Quadro adaptado a partir de :

a) Fernando C. Prestes Motta, Teoria Geral da Administração, São Paulo, Pioneira, 6a.ed. 1977.

b) P. Nonet e P. Selznick, Law and Society in Transition: Toward a Responsible Law, New York, 1978.

A AUTORIDADE RACIONAL-LEGAL E A BUROCRACIA EM

WEBER

Na teoria weberiana foram destacadas três tipos de autoridade:⁴⁸

a) autoridade tradicional, que é oriunda das tradições e dos costumes, considerados imutáveis, e cuja obediência não se questiona;

b) autoridade carismática, que advém das propriedades de liderança que se formam no interior de um grupo, dada a receptividade do mesmo a determinadas qualidades de um dos seus elementos, que assume o comando sem formalidades e exerce a capacidade de controlar comportamentos dos outros membros deste grupo;

c) a autoridade racional-legal é o tipo de autoridade que surge em função da norma abstrata e da obediência a uma organização formal e despersonalizada.

Estes três tipos de autoridade, na prática, podem ser encontradas em combinações diversas, mas no mundo moderno, a autoridade racional-legal vai adquirindo cada vez mais importância como base e fundamento operacional da burocracia.

48 Ver Max Weber, "Os Três Aspectos da Autoridade Legítima", in Organizações

Complexas, Amitai Etzioni, (org.), S. Paulo, Ed. Atlas, 1986.

Este tipo de autoridade teria alguns pressupostos para sua aceitação; isto é, para que haja condições de que a mesma seja exercida, é necessário que a sociedade assuma certas proposições como pressupostos:

a) toda norma, estabelecida por acordo ou imposição, deve visar fins utilitários racionais;

b) o Direito constitui um sistema integrado de normas abstratas;

c) a autoridade é exercida por quem ocupa um cargo, entendido como uma posição formal, um "locus" na hierarquia burocrática;

d) a obediência é devida à organização como um todo, na forma de obediência à norma através do cumprimento das ordens oriundas do cargo superior, como entidade formal despersonalizada.

Neste contexto social, o exercício da autoridade racional-legal se caracteriza por:

1) estabelecimento de uma organização estruturada de cargos;

2) delimitação de áreas específicas de competência e atribuição de poder de mando, de responsabilidade. Definição clara dos instrumentos de coerção e limitação do seu uso a condições definidas;

3) hierarquização dos cargos em níveis decrescentes em autoridade e generalidade;

4) pressuposição de especialização e posse de conhecimentos técnicos adequados;

5) separação completa entre a esfera de propriedade da organização e da propriedade pessoal do funcionário. Neste sentido, a relação de propriedade é incondicionada e ilimitada, ao passo que a relação de administração que o funcionário tem com as coisas da organização é essencialmente normatizada e limitada;

6) o cargo não pertence ao ocupante, que exerce suas atribuições de acordo com as disposições da norma da organização;

7) os atos e decisões são registrados por escrito.

Enfim, se define a burocracia como o tipo ideal de organização social que aplica, em sua forma mais pura, a autoridade racional-legal. A burocracia no sentido weberiano teria as seguintes características:

a) os integrantes da organização burocrática são individualmente livres e sujeitos à autoridade apenas no que diz respeito às suas obrigações oficiais;

b) há uma hierarquia de cargos claramente definida;

c) cada cargo possui uma esfera de competência claramente determinada;

d) não havendo, pois, propriedade no cargo, este é preenchido segundo uma relação contratual sinalagmática, precedida de uma seleção por critérios determinados;

e) os candidatos são selecionados por critérios de conhecimentos técnicos específicos para o exercício do cargo, sendo nomeados e não eleitos;

f) os funcionários são remunerados com salários

fixos em dinheiro, sendo proporcionais os rendimentos à posição na hierarquia;

g) o cargo é normalmente considerado a única ou pelo menos a principal ocupação do funcionário;

h) define-se um sistema de mobilidade das pessoas no exercício do cargo, enfim, constitui-se uma carreira burocrática;

i) há um sistema de promoção baseado em antiguidade no exercício da função ou no mérito, ou seja, no bom desempenho no exercício das funções inerentes ao cargo. Normalmente há uma combinação destes dois elementos;

j) separação total das esferas de propriedade do funcionário e da organização.

l) O funcionário está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo, prevendo responsabilização no caso de transgressão das regras de atuação que são impostas ao exercício do cargo. Esta responsabilidade está estritamente ligada ao registro das decisões e atos por escrito, permitindo operacionalmente o controle das decisões.

Podem ser elaboradas outras tipologias burocráticas além da weberiana, mas esta é o referencial paradigmático no estudo da burocracia e sua conceituação básica é a mais importante neste campo.

Contrastando, assim, autoridade racional-legal com os outros tipos de autoridade, vemos que a autoridade tradicional possui um alto grau de estabilidade e

resistência a mudanças:

" A criação de novas leis, em oposição às normas tradicionais, é julgada impraticável, em princípio, o que na verdade é conseguido por via do " reconhecimento " de uma sentença como válida desde tempos idos."49

Por outro lado, é clara também a pessoalidade da estrutura patriarcal, o tipo mais puro de exercício da autoridade tradicional, assim como a ausência de limitações estritas ao poder de quem exerce a autoridade. Também na tipologia da autoridade carismática estão presentes a pessoalidade (sua própria essência) e a ilimitação estrita dos atos (não se define esferas de competência), mas seu caráter é plenamente mutável e fugaz, devido à circunstâncias específicas.

49 Max Weber , "Os Três Aspectos da Autoridade Legítima" ,in Organizações

WEBER E A BUROCRACIA

A tipologia de racionalidades de Weber permeia seu trabalho na medida em que serve de base para a própria conceitualização da sociedade ocidental.

A racionalização é tida em Weber como o elemento diferenciado da civilização ocidental no seu estágio capitalista. O desenvolvimento do capitalismo como modo de produção está acompanhado de uma evolução do processo de alargamento dos setores de uso da racionalidade com respeito a fins.

Em seu livro " A ética Protestante E O Espírito Do Capitalismo ", Weber , elaborando a tese da influência dos preceitos religiosos protestantes no desenvolvimento do capitalismo, subverte a determinação marxista da consciência pelas condições materiais e abre espaço para uma influência bidirecional entre estas duas instâncias. (Weber, estudando as religiões da China e da Índia, mostrou também que os valores religiosos destas culturas atuavam como entrave ao desenvolvimento do capitalismo).⁵⁰

Seria um grave erro, no entanto, confundir Max

⁵⁰ Ver Max Weber , Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro , Zahar , 1971 ,

Weber com um apologista do agir racional com respeito a objetivos e com relação também à burocracia. Na verdade, ele se coloca em uma situação paradoxal entre sua tipologia de racionalidades. Se o agir racional com respeito a fins é responsável pelo desenvolvimento científico e intelectual e por um notável crescimento da civilização ocidental, também tem um caráter de desencanto e desmistificação do mundo. Como o agir racional com respeito a fins absorve, aprioristicamente, certos objetivos, há nele um potencial manipulável e um espaço de desenvolvimento para a ideologia.

A burocracia, pois, como expressão organizada da autoridade racional tem, então, uma contradição que lhe é inerente, e Weber expressa preocupações neste sentido:

"é horrível pensar que um dia o mundo estará transformado em uma máquina de minúsculas engrenagens, homens pequenos agarrando-se a empregos sem importância em busca de posições melhores (...). Essa paixão pela burocracia (...) é capaz de levar uma pessoa ao desespero (...). O mundo só conhece homens estes - e - é esta a situação a que já chegamos e a grande pergunta não é, portanto, como podemos promovê-la e apossá-la, mas o que opor a este mecanismo para conservar uma parte da humanidade livre desta

fragmentação da alma, desse domínio supremo
do modo burocrático da vida ".⁵¹

⁵¹ Max Weber, apud Marvin Perry, " O Problema do Irracionalismo " , in
Civilização Ocidental, Marvin Perry (org.) , S. Paulo , Martins Fontes , 1985 , Pg 623 .

A POSIÇÃO DA BUROCRACIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O papel da burocracia dentro do sistema capitalista tem sido alvo de muitas controvérsias teóricas. Muitos autores não lhe conferem o "status" de classe social. Karl Marx é um dos autores que está no centro desta posição, sendo uma de suas proposições mais importantes acerca deste tema a conceituação do "sistema fechado da burocracia", em que classifica a burocracia como um sistema auto-referente, alheio à realidade social e que agiria em seus próprios interesses em um chamado "materialismo sórdido.". Apesar de ter colocado com propriedade muitas questões, Marx acabou por omitir o papel do desenvolvimento da burocracia para centrar-se no desenvolvimento da burguesia.

O estudo da burocracia seguiu, então, a via aberta um século depois por Max Weber, mas dentro do marxismo alguns autores reavaliam o papel da burocracia e a colocam como parte integrante do sistema capitalista, atualmente.

" O gestor não é o substituto do burguês, e seu contemporâneo - desde o momento em que os germes do capitalismo começaram a se desenvolver, porque este desenvolvimento não poderia ter ocorrido nem

continuar a processar-se sem as condições gerais de produção. Mas enquanto o lugar do burguês nas empresas particulares permaneceu definido com clareza ao longo das várias fases do capitalismo, o lugar do gestor variou quanto aos pontos de incidência da sua atividade principal e esta apareceu durante certas épocas repartida por vários campos sem uma instituição central que claramente os unisse, de modo que os seus executantes não se davam, então, conta de constituírem uma classe social específica e bem demarcada (...).""

O capitalismo constituiu, em suma, desde a sua origem, uma estrutura social de três classes. Assim diz João Bernardo, um autor marxista que revaloriza o papel da Burocracia.

Segundo esta visão, o capitalismo apresentaria duas classes extratoras de mais valia, a burguesia tradicional e a burocracia.

A Burocracia deriva seu poder da técnica e das organizações; a complexificação técnica tendencial da evolução do capitalismo tende a tirar o poder de controle

das empresas das mãos dos capitalistas (e o do governo das mãos dos políticos tradicionais), lançando-o na mão da complexa estrutura burocrática.

Esta última associação,então, entre técnica e poder gerencial, levou alguns autores a forjar o termo "tecnoburocracia".⁵³

De fato , a burocracia cumpre papéis não apenas de manutenção das condições gerais de produção, mas como sugere João Bernardo, também o controle direto das unidades de produção, na medida em que a multiplicidade de relações e a complexidade da base técnica⁵⁴ e estratégica⁵⁵ existentes

53 Ver:

a) Fernando C. Prestes Motta, Organização e Poder, São Paulo , Atlas , 1986.

b) Luiz Carlos Bresser Pereira, A Sociedade Tecnoburocrática, São Paulo , Brasiliense , 1982.

54 Ver Machline , Weil , Schoeps & Sá Motta , Manual de Administração da Produção , Rio de Janeiro , FGV , 7ed , 1987 .

55 Ver:

a) Igor Ansoff , Estratégia Empresarial , São Paulo , McGraw-Hill , 1977

b) Michael Porter , Estratégia Competitiva, Rio de Janeiro, Campus,1986.

nas mesmas já não podem ser manipuladas diretamente pela pessoa do capitalista, surgindo então a classe burocrática, que as vai controlando, impondo seu poder gerencial e com isso, por consequência, impondo também sua própria lógica a todo o processo de produção capitalista.

Esquemáticamente teríamos o gráfico seguinte:

TIPOLOGIA DE RACIONALIDADE EM WEBER

O conceito de racionalidade é fundamental na obra de Max Weber. No contexto de seu pensamento, a racionalidade é vista, frequentemente, como um procedimento de controle, e, neste sentido, argumenta Rusconi:

" In prima istanza e in termini generali, la razionalità è per Weber un procedimento di controllo per dominare la realtà dentro e fuori dell'uomo. I criteri di tale procedimento sono la calcolabilità, da prevedibilità, la generalizzabilità dei mezzi rispetto al fine di controllo o padronanza del Mondo (*Weltbeherrschung*)"⁵⁶.

Mas é preciso considerar que, do ponto de vista epistemológico, Weber define dois tipos de racionalidade:

a) "Zwerckrationalitat", ou racionalidade formal instrumental, um processo que acima de tudo visa resultados,

⁵⁶ Gian Enrico Rusconi, " Razionalità, Razionalizzazione e Burocratizzazione " , in Max Weber e L'Analisi del Mondo Moderno, Pietro Rossi (org.), Torino, 1981, Pg. 189 .

fins específicos. Em última análise, esta racionalidade se resume em um cálculo de adequação meios-fins, onde os fins são dados apriorísticos e a dinâmica do raciocínio se dirige à instrumentalização dos recursos.

b) "Wertrationalität", ou então, racionalidade valorativa substancial, um processo diverso da adequação meio fim, e voltado, primordialmente para a elaboração de referências que servem de base para expectativas de valores, ao menos em tese, independentes das expectativas de sucesso imediato, gerando ações que orientam-se para as propriedades intrínsecas dos atos.⁵⁷

Estes dois tipos de racionalidade não existem, pois, socialmente, em uma separação ideal, mas se mesclam continuamente na vida diária. Mas, o inegável crescimento da aplicação da racionalidade formal-instrumental é peculiar aos sistemas inseridos na economia de mercado⁵⁸ em geral e

57 Ver Alberto Guerreiro Ramos, A Nova Ciência das Organizações, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1981, Cap 1.

58 A "mão invisível" de Adam Smith, que resgata, de uma certa forma (egocêntrica), a sociabilidade natural originária do Homem, é o meio pelo qual se faz a passagem da racionalidade instrumental egoística e individual, para a tautologia axiologicamente positiva do mercado auto-regulador.

nos sistemas burocráticos em particular.⁵⁹

O agir racional, admite Weber, não tem em si um sentido e este só vai ser dado no contexto social.

"First, rationality does not inhere in things, but is ascribed to them. Secondly, rationality is a relational concept: a thing can be rational (or irrational) only from a particular point of view, never in and of itself."⁶⁰

Mas a tipologia de racionalidade elaborada por Max Weber é ainda mais sofisticada, sendo frequentemente esquecida uma outra dicotomia, tão importante quanto a dualidade instrumentalidade/substantividade. Weber diferencia também tipos de racionalidade objetiva e subjetiva. Tanto a

59 Em relação a este assunto são bastante ilustrativas as teorias de Robert K. Merton sobre distunções burocráticas, especialmente a análise das "fontes estruturais da superconformidade", onde são analisados casos de absolutização dos objetivos e procedimentos burocráticos, reduzindo a capacidade de adaptação das organizações, gerando altos níveis de ineficácia organizacional.

Ver Robert K. Merton, Sociologia - Teoria e Estrutura, São Paulo,

Mestre Jou, 1968, Pg 278 e seguintes.

60 Rogers Brubaker, The Limits of Rationality, London, G. Allen & Unwin,

1984, Pg 35.

racionalidade instrumental quanto a racionalidade substantiva são definidas subjetivamente, do ponto de vista do sujeito que aplica estes modos de racionalidade. Ao definir uma modalidade objetiva de racionalidade (objetiva no sentido em que se dá fora do sujeito, no objeto do conhecimento, incondicionalmente em relação ao sujeito cognoscente, Weber usa o termo "objektive Richtigkeitsrationalität").⁶¹

Numa visão interpretativa da sociologia weberiana, os conceitos de racionalidade subjetiva são mais importantes⁶², mas o reconhecimento de uma racionalidade objetiva revela aspectos significativos do pensamento de Max Weber. Em termos gerais, a racionalidade objetiva seria o correspondente à racionalidade subjetiva instrumental tendo em conta o ponto de vista de um observador neutro. Esta seria a racionalidade inerente às ciências físicas, a lógica do observador, não a lógica do sujeito. O uso desta modalidade racional pressupõe uma preocupação com as

61 Ver Max Weber, "'Objectivity' in Social Science", in Readings in the Philosophy of the Social Science, May Brodbeck (org.), London, McMillan, 1968.

62 " Accordingly, cultural science, in our sense involves "subjective" presuppositions insofar as it concepts itself only with those components of reality which have some relationship, however indirect, to events to which we attach cultural significance."

Max Weber, "'Objectivity' in Social Science", in Readings in the Philosophy of the Social Science, May Brodbeck (org.), London, McMillan, 1968, Pg 93.

condições epistemológicas possíveis do conhecimento social, pois, num aparente paradoxo, não há coincidência necessária entre o aspecto subjetivo da racionalidade e seu aspecto objetivo⁶³. Está implícito neste conceito a existência de uma realidade física, referencial e condicionante da ação objetivamente racional, que será o domínio da técnica pura e da ciência física.

63 No contexto das relações sociais, onde o "objeto" é um sujeito dotado de racionalidade, a não coincidência dos seus critérios de racionalidade com os critérios do observador pode levar à avaliação incorreta da racionalidade de uma dada ação. Ações racionais do ponto de vista do observador podem não o ser do ponto de vista do observado, tanto substantiva quanto instrumentalmente.

TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Max Weber pode ser considerado o introdutor de uma corrente estruturalista fenomenológica na Teoria das Organizações. O sentido deste estruturalismo fenomenológico seria uma visão de mundo que objetiva a apreensão de significados de intencionalidades dos agentes sociais, através de um conjunto (estrutura) que, como ponto de apoio, permite a compreensão significativa da realidade, que por ser mutável, induz à dinâmica dos processos de compreensão.⁶⁴

Na Teoria das Organizações, assim, o estruturalismo introduz o conflito como elemento inerente dos processos sociais e o incorpora à sua análise das mesmas.

Depois de Weber, porém, outros autores desenvolveram teorias nesta linha estruturalista, como Merton, Gouldner, Selznick e Etzioni.

Este último desenvolveu um estudo comparativo-estrutural das organizações, resultando numa tipologia analítica, composta de duas dimensões resultantes em classificações de organizações de natureza coercitiva,

64 Ver F. C. Prestes Motta, Teoria Geral da Administração, São Paulo,

utilitária, normativa e dualista.⁶⁵

Muitas outras classificações foram propostas por diversos outros teóricos das organizações, o que, além da pluralidade dos pontos de vista, reflete também o caráter adaptativo e flexível das estruturas burocráticas, dentro de certos limites.

Um dos introdutores de Weber nos E.U.A. foi Talcott Parsons, criador de uma complexa teoria de actionismo social que, reelaborada, serviu de base para a introdução do imperativismo funcional. A penetração da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy veio juntar-se ao imperativismo funcional parsoniano, a fim de definir as grandes linhas do funcionalismo.

A Teoria dos Sistemas é um método que propõe a integração conceitual⁶⁶ dos diversos ramos da ciência através do conceito de interação, em um quadro de sistemas

65 Ver Amitai Etzioni, *Complex Organizations*, New York, Free Press, 1971.

Caps 1 e 2.

66 Foram desenvolvidas teorias centradas em analogias entre o funcionamento das organizações complexas e dos organismos biológicos, dado que a Teoria Geral dos Sistemas foi gerada inicialmente no campo da ciência biológica. Algumas destas teorias traçam paralelos detalhados entre os mecanismos auto-reguladores dos seres vivos e os aspectos funcionais das organizações e da sociedade.

Ver Stafford Beer, *Cybernetics and Management*, London, English

University Press, 1968.

abertos, visando "alcançar uma teoria exata nos ramos não físicos da ciência."⁶⁷

A leitura parsoniana de Weber e a Teoria dos Sistemas, ao gerar o pensamento funcionalista, criou uma corrente de forte repercussão e que gerou a maior parte da produção teórica sobre organizações.

O modelo da Teoria dos Sistemas vê a organização como "organismos" dinâmicos de transformação "Input"/"Output", com as seguintes características⁶⁸:

- a) importação de energia;
- b) transformação;
- c) geração de produtos;
- d) ciclos de eventos;
- e) entalpia (entropia negativa);
- f) retroalimentação negativa informacional;
- g) homeostase dinâmica;
- h) diferenciação progressiva;
- i) equifinalidade em contextos plurimediativos.

Neste contexto, a teoria funcionalista defende a

⁶⁷ Ludwig von Bertalanffy, Teoria Geral dos Sistemas, Petrópolis, Vozes, 1977, 3ed, Pg 62

⁶⁸ Ver D. Katz & R. Khan, Psicologia Social das Organizações, São Paulo, Atlas, 1970, Cap 2.

noção do papel social na forma de expectativas generalizadas de comportamento.

A posição sistêmica a este respeito é clara:

" (...) toda organização humana defronta-se com a tarefa de, por algum modo, reduzir a variabilidade, instabilidade e espontaneidade dos atos humanos individuais.

A REDUÇÃO DA VARIABILIDADE HUMANA

O êxito geral das organizações se acha ao alcance do mais superficial dos observadores. Dentro da organização, as pessoas se conduzem de modo que não se conduziriam fora dela"⁶⁹

Em relação à comunicação :

" O deslocamento de um estado não organizado para um organizado requer a introdução de confinamentos e restrições a fim de reduzir a comunicação difusa e aleatória a canais apropriados para a consecução dos objetivos organizacionais "⁷⁰

69 D. Katz & R. Khan , Psicologia Social das Organizações, São Paulo , Atlas , 1970 , Pg 231.

70 D. Katz & R. Khan, Psicologia Social das Organizações, São Paulo, Atlas, 1970, Pg 259.

Assim, como parte da programática da Teoria dos Sistemas, encontramos a idéia de mudança organizacional, na realização da entalpia, e da homeostase dinâmica, pois em essência, a organização é um sistema dinamicamente adaptativo.

A partir dos anos 60 e 70, o conceito de mudança foi valorizado na criação de teorias administrativas que se dedicavam ao "desenvolvimento organizacional", criando teorias prescritivas (e explicativas) das mudanças dos padrões de estruturação da organização em função das mudanças e instabilidades do ambiente externo.

A Teoria do Desenvolvimento Organizacional procura adaptar os sistemas individuais (motivos, percepções e valores interligados) a contextos organizacionais (tarefas, variáveis formais e outras expectativas interligadas), para que o comportamento individual satisfaça às necessidades organizacionais.

Lawrence e Lorsch expressam claramente esta idéia:

" Esta visão do relacionamento organização-indivíduo (...) se baseia no desenvolvimento dos sistemas individuais, a fim de torná-los mais coerentes com as recompensas disponíveis decorrentes das tarefas e dos fatores organizacionais. Isto pode ser conseguido através do influenciamento das percepções e dos valores e

através do treinamento e da motivação."71

Foram, deste modo, criadas teorias organizacionais críticas em relação ao desenvolvimento do paradigma funcionalista. Gibson Burrell e Garrett Morgan fazem um competente mapeamento destas teorias, baseados no seu modelo de classificação paradigmática, elencando tendências de uma teoria radical das organizações, de uma teoria da anti-organização e teorias baseadas na etnometodologia e no interacionismo simbólico fenomenológico.72

No entanto, é reconhecida a clara predominância do paradigma funcionalista, centrado nas idéias sistêmicas73 e na produção teórica organizacional.

A Teoria das Organizações Funcionalista é, em suma, a aplicação reflexiva das diretrizes da racionalidade instrumental, que caracteriza as organizações burocráticas, é, pois, a racionalidade instrumental analisando e

71 Paul Lawrence & Jay Lorsch , O Desenvolvimento das Organizações - Diagnóstico e Ação , São Paulo , E. Blucher , 1972 .

72 Burrell, Gibson, & Morgan, Garrett , Sociological Paradigms and Organizational Analysis , London , Heinemann , 1982 , Pg 30 .

73 Para uma análise desta tendência ver :

Robert Lilienfeld , The Rise of Systems Theory - An Ideological Analysis , New York , J. Willey & Sons , 1978 .

aperfeiçoando o seu "locus" original, a burocracia.

Esta auto-aplicação burocrática de sua típica razão instrumental potencializa seus efeitos, gerando restrições à variabilidade (leia-se liberdade) humana, limites à forma e ao conteúdo da comunicação, alteração premeditada de valores e em última instância, a adequação do Homem à organização burocrática, como se o homem dela fosse proveniente, e não o contrário.

A RACIONALIDADE CONFINADA E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL NA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Chester Barnard e Herbert Simon foram os principais expoentes de uma corrente de teoria administrativa que se convencionou chamar de behaviorismo, que foi precursora do funcionalismo. Simon⁷⁴ tem como ponto central da sua obra a reformulação da noção de racionalidade suposta pelos teóricos da economia, o homem econômico racional, cujo comportamento seria maximizante de sua função de utilidade, num contexto de decisão de informação perfeita.

Desenvolvendo o conceito de racionalidade confinada (Bounded rationality), Simon propõe um modelo de Homem cujo comportamento, frente a situações de incerteza e baixa previsibilidade, não é maximizante, mas visa a obtenção de níveis satisfatórios de realização na escala de sua curva pessoal de utilidades. A idéia da racionalidade confinada (ou limitada), na verdade, não muda a essência da racionalidade instrumental formal weberiana⁷⁵, sendo uma estratégia de adequação meios-fins visando o sucesso, mas

74 Ver H. Simon & J. March, Teoria das Organizações, Rio de Janeiro, FGV, 1980, Cap 6.

75 Ver H. Simon, Comportamento Administrativo, Rio de Janeiro, FGV, 1970, Caps 1,2,3 e 4.

computando o fator risco e a imperfeição das informações. Simon admite tacitamente esta vinculação ao apontar o positivismo lógico de Rudolf Carnap como seu referencial epistemológico.

Esta racionalidade instrumental é, pois, típica das organizações burocráticas e não se descaracteriza com a formulação de Simon, que é aproveitada nas formulações da teoria sistêmica.⁷⁶

Justamente o aspecto instrumental da racionalidade confinada de Simon lhe permite construir uma teoria do equilíbrio das organizações.

A racionalidade instrumental (mesmo limitada), e o equilíbrio estático ou dinâmico, serão as duas fundamentações básicas do desenvolvimento da teoria das organizações funcionalista.

76 D. Katz & R. Khan, Psicologia Social das Organizações, São Paulo, Atlas